

Epistemologia social: possível origem e alguns momentos de seu percurso

*Adolfo Ramos Lamar**

Resumo: Nas pesquisas em Educação, a cada dia existe uma maior preocupação, entre outras, em discutir o lugar do “social” nas diversas concepções sobre a ciência, inclusive a ciência educacional; na organização, realização e avaliação de pesquisas; na produção e na difusão dos conhecimentos escolares; etc. Nesse contexto, uma das posições que têm aparecido é a denominada “Epistemologia Social”. O presente trabalho aborda uma das possíveis origens desse termo e alguns de seus usos posteriores nos estudos sobre a Ciência e a Educação. Assim, debruça-se particularmente sobre como essas diversas posturas relacionadas com a “Epistemologia Social” se posicionam perante a importância teórica e prática da Epistemologia; o caráter social do conhecimento; o progresso científico-tecnológico; e a formação dos cientistas e dos professores.

Palavras-chave: Epistemologia Social, pesquisa educacional, conhecimento, progresso.

Abstract: Among other issues recently discussed in educational research is the role of the ‘social’ character in the theoretical and methodological conceptions about science – including educational science – in research planning, execution and assessment, as well as in the production and dissemination of academic knowledge. In this context, one of the proposals that have been forwarded is the so-called “Social Epistemology”. This paper presents information on one of the possible origins of this term and how it has been used in research on science and education. So, the paper focuses on the different perspectives in which this trend has been approached regarding the theoretical and practical relevance of Epistemology. It also focuses on the social character of knowledge, on the new developments of science and technology and on the educational issues of scientist and teacher education.

Key words: Social epistemology; educational research; knowledge; progress.

Uma das preocupações – explícita ou não – na pesquisa educacional nos últimos tempos é abordar como o “social” se manifesta nas concepções sobre a ciência e o conhecimento escolar, nas normas metodológicas a serem seguidas pela pesquisa em Educação, na relevância dos resultados a serem obtidos, na relação entre teoria e prática, etc. Nas últimas décadas, tem ganhado espaço nessas discussões a denominada “Epistemologia Social”.

* Professor do Mestrado e coordenador do Grupo de Pesquisa “Filosofia e Educação” (Educógitans) da FURB (Fundação Universidade Regional de Blumenau – SC). jemabra@furb.br

Levando em conta isso, abordaremos a possível origem desse termo e seu tratamento por alguns estudiosos. Dessa forma, pretendemos chamar a atenção para um maior debate em torno dessa “nova” perspectiva entre os professores, os estudantes, os pesquisadores e o público em geral, visando novas contribuições para a compreensão dos fundamentos epistemológicos da Educação.

A possível origem do termo “epistemologia social”

Para entender o contexto no qual apareceu esse termo, devemos assinalar que, nos anos de 1950, diversos estudiosos da Biblioteconomia estavam preocupados, entre outras coisas, em estabelecer qual deveria ser a sua filosofia e a função social da Biblioteca e do bibliotecário. Nesse sentido, S. Mueller (1984) ressalta que M. Egan (1978) – num trabalho publicado por vez primeira em 1955 –, sob a influência do evolucionismo de H. Spencer, assinala que a biblioteca é uma instituição social que evolui interagindo com a estrutura social na qual está e ajuda o desenvolvimento social. A sociedade e suas instituições e, portanto, a biblioteca, evoluem de forma semelhante aos organismos vivos, já que estão continuamente se adaptando, diferenciando-se e coordenando, passando do simples ao complexo. A Biblioteca é uma instituição social, uma agência cultural que tem como função organizar o conhecimento, difundir os produtos culturais e gerenciar o fluxo do conhecimento registrado.

No referente à origem do termo “Epistemologia Social”, acreditamos que alguma luz nos dá a afirmação de Jesse Hauk Shera, importante personalidade norte-americana da Biblioteconomia, de que este termo já era usado por outra importante personalidade norte-americana desse campo: Margaret Egan, da *University of Chicago*.

Na opinião de Shera (1977), o aumento do volume e da complexidade do conhecimento humano promove sua interdependência, fragmentação e centrifugação, ou seja, estimula a especialização, sendo necessário estudar as formas de coordenar e integrar o conhecimento numa organização social complexa; tal tarefa seria realizada pela “Epistemologia Social”¹. A grande afinidade entre esta e a Biblioteconomia deve-se a que esta última – que tem por objetivo aumentar a utilidade social dos registros gráficos – precisa muito do gerenciamento do conhecimento, pois tem fundamentos epistemológicos, ainda que alguns não aceitem isso. A função social do bibliotecário não tem mudado, mas existe a seu respeito uma compreensão imperfeita, para a qual tem contribuído, entre outras coisas, o fato de que a Epistemologia da civilização ocidental contemporânea tem sido muito especulativa com relação a como conhecemos.

1. Shera (1973) chama a “Epistemologia Social” também de “Cognição Social”.

Para entender a função das bibliotecas – apesar da imagem popular do bibliotecário de apanhador e carregador de bibliografias – deve-se refletir, entre outros aspectos, sobre o que é conhecimento. Como é produzido, difundido e consumido na sociedade? Qual é o papel das tecnologias na sociedade e, em particular, na Biblioteconomia? O que tem acontecido na História e na Filosofia do conhecimento através do tempo e das diferentes culturas? E quais são os aspectos éticos do trabalho do bibliotecário?

A nova disciplina que aqui focalizamos (e a qual por falta de melhor nome nós chamamos de Epistemologia Social) deveria fornecer uma estrutura para a investigação eficiente de todo o complexo problema dos processos intelectuais das sociedades – um estudo pelo qual a sociedade como um todo procura uma relação perceptiva para seu ambiente total [...] O foco desta nova disciplina seria a produção, fluxo, integração e consumo de todas as formas de pensamento comunicado através do modelo social. De tal disciplina poderia emergir um novo corpo de conhecimento e uma nova síntese da interação entre conhecimento e atividade social. Mas, embora a Epistemologia Social venha a ter seu próprio “corpus” de conhecimento, será também, uma disciplina muito prática [...] Nós nos arrepiamos de terror ante um mundo em que conviveremos com robô, como os índios devem ter se arrepiado diante da primeira locomotiva que passou através das planícies do oeste. Somos compelidos, no entanto, a domar a tecnologia destas máquinas, e quase literalmente aprendermos a viver com elas. Desta forma podemos olhar a Epistemologia Social como uma espécie de “aculturação da máquina” (SHERA, 1977, p.11).

Desta forma, a “Epistemologia Social” não somente tem papel teórico, senão também prático, podendo contribuir para o melhoramento do bibliotecário e da Ciência da Informação. A compreensão desses papéis é uma tarefa interdisciplinar, para a qual poderão, também, contribuir, entre outras, a Lingüística, a Ciência da Comunicação e a Lógica.

Outro elemento a ser levado em conta é que, na opinião desse autor, o papel da biblioteca é determinado por consenso social, como em qualquer instituição ou agência social. Assim, suas funções indissociáveis de conservação e transmissão do conteúdo intelectual da cultura são determinadas pela sociedade.

Podemos notar ainda que J. H. Shera e M. Egan utilizam o termo “Epistemologia Social”, sobretudo para destacar a responsabilidade social do bibliotecário e a interface entre a Biblioteca e Sociedade. O “social”, para eles, é o contexto no qual se situa a Biblioteca. Assim, esta posição difere de outras, como

por exemplo de L. Fleck (1986), com seus conceitos de “estilo” e “coletivo de pensamento”:

Existe uma conexão de estilo entre muitos – senão todos – os conceitos de uma época embasada na influência recíproca. Por isso pode-se falar de um estilo de pensamento que determina o estilo de cada conceito [...] a existência de um estilo de pensamento faz necessário, e inclusive imprescindível, a construção do conceito “coletivo de pensamento”. Quando se dirige a atenção para o aspecto formal das atividades científicas, não se pode deixar de observar sua estrutura social. Encontramos um esforço organizado do coletivo que abarca a divisão do trabalho, colaboração, trabalho de preparação, ajuda técnica, intercâmbio recíproco de idéias, polêmicas etc. (FLECK, 1986, p.55, 58).

Tanto este autor como um de seus principais continuadores, T. S. Kuhn (1975), com sua “teoria dos paradigmas”, relacionam o social não só com o contexto “extra-científico”, mas também com os fatores internos à ciência e sua influência em seu entendimento, entre outros, de como e do que conhecemos na produção, aquisição, transmissão, adoção e contextualização do conhecimento; na educação do cientista; na relação entre teoria e experimento; etc.

Nos anos de 1980, encontramos este termo “Epistemologia Social”, no trabalho de Steve Fuller intitulado “Social Epistemology”, publicado por vez primeira em 1988. Fuller, editor fundador da Revista “Social Epistemology” e professor do Departamento de Sociologia, na *University of Durham* do Reino Unido, destaca o caráter social do conhecimento, mas está interessado não somente na interface entre ciência e sociedade, como estavam M. Egan e J. H. Shera, mas também nas relações sociais internas à ciência. Para ele, discutir sobre isso é uma tarefa que pode ser realizada pela Epistemologia. Nesse sentido, Fuller (1991), em oposição a R. Rorty (1979), considera que a Epistemologia tem futuro. Sua preocupação epistemológica está não em se debruçar sobre a natureza do conhecimento como classicamente tem sido feito pelos epistemólogos, senão sobre a produção do conhecimento. Aqui ele se interessa especialmente pela questão política da ciência. Assim, discute, entre outros, sobre a autonomia disciplinar, a demarcação, a organização do conhecimento e seus veículos institucionais, o consenso, a localidade da pesquisa, os expertos, o conhecimento tácito e a autoridade. Revela-se muito interessado em estudar os aspectos teóricos e práticos da interface ciência – tecnologia – sociedade (CTS).

Ele tem uma concepção social da ciência e defende a cooperação entre os filósofos e os sociólogos, sobretudo os sociólogos do conhecimento. Essa cooperação permitirá benefícios recíprocos. Se os filósofos prestassem muito mais atenção para

a história social da produção do conhecimento científico, repensariam suas teorias de conhecimento normativas, e se os sociólogos e outros estudiosos da atual produção de conhecimento desejassem que seu trabalho tivesse mais significado que o que tem merecido, deveriam praticar uma “epistemologia naturalizada”.

Em sua opinião, necessariamente devemos compreender detalhadamente a realização social da “lógica” da pesquisa e o resultado lógico da organização social desta e seus resultados. Nesse sentido, ele fala da existência da ciência “socializada” e da sociedade “cientificada”. A interpenetração entre ciência e sociedade permitirá superar o dualismo ciência (conhecimento) e sociedade (relações sociais) e ver ambas de forma unificada. Portanto, Fuller é um crítico dos dualismos que têm predominado no discurso sobre a ciência, como, entre outros, os dualismos humanidade e natureza, mente e matéria, subjetividade e objetividade, razão e emoção, corpo e espírito.

Na idéia de Fuller (1997), a “Epistemologia Social” defende uma maior participação dos não cientistas nas discussões sobre a ciência e o aprofundamento nas condições sociais de produção de conhecimentos. A “Epistemologia Social” preocupa-se com as questões políticas e éticas da metateoria normativa do conhecimento científico, que não foi quase abordado pela filosofia analítica. Na atualidade, existe uma ruptura da imagem da racionalidade da ciência como monolítica e da “racionalidade instrumental” da Epistemologia de corte positivista. Aqui convém ressaltar que esse autor critica a idéia tradicional de que as ciências naturais são as verdadeiras ciências.

A “Epistemologia Social” está inserida nos “Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia”, junto com a Sociologia, a Economia Política, a Retórica, a História e a Filosofia da Ciência; os Estudos de Ciência-Tecnologia-Sociedade; e Análise de Discurso. Nesse sentido, ele postula uma visão interdisciplinar da Ciência que poderá permitir reorganizar internamente a academia e suas relações com a sociedade. Ao mesmo tempo, defende a idéia de uma maior participação da sociedade nas discussões sobre a ciência, e de não deixar essa tarefa só para os “expertos”. Isto contribuirá para uma “prática emancipatória”.

Com relação à postura epistemológica de Fuller, Muchie (1993) acertadamente assinala que nela existe a mistura de diferentes concepções sobre a natureza do conhecimento, que tipicamente são vistas como antagônicas e exemplifica que Fuller (1991) se pergunta: “Sou um realista científico? Um positivista lógico? Ou um construtivista social?” E sugere que seu realismo é predicado em seu positivismo, o qual é, por sua vez, predicado em seu construtivismo. A sua “Epistemologia Social” reconhece a multiculturalidade do conhecimento e, inclusive, a influência dos pensamentos árabe e japonês na Ciência Ocidental.

Podemos notar que Fuller, como Shera e Egan – ainda que ele em momento nenhum faça referência a algum desses autores –, defende a importância de estu-

dar a relação da Ciência com a Sociedade, mas ele, diferentemente desses dois autores, está interessado particularmente em abordar o “social” interno à academia científica.

É importante trazer a afirmação, também, de que a defesa da Epistemologia por parte de Fuller nos lembra que ainda muitas pessoas não acreditam que nos processos de organização, desenvolvimento e avaliação da pesquisa em Educação se reflete – de forma explícita ou não –, entre outros, sobre o que é a realidade escolar, sobre o subjetivo e o objetivo na ciência, sobre a relação fato e teoria e sobre a existência ou não de progresso na pesquisa educacional.

Epistemologia social e educação

Com relação ao aparecimento, na pesquisa educacional, de trabalhos relacionados com a “Epistemologia Social”, é importante fazer referência a Thomas Popkewitz², um dos autores que mais trabalha na área de Educação essa posição, muito influenciada pela Sociologia Política, já que considera a escolarização, inclusive as reformas educacionais, como muito impregnada de relações de poder. Nessa linha, ele, analisando particularmente a Reforma Educacional nos Estados Unidos de América, diz:

Este estudo considera a mudança como um problema de Epistemologia Social. A *Epistemologia* proporciona o contexto dentro do qual devem ser considerados as regras e os modelos através dos quais o mundo é formado, as distinções e categorizações que organizam as percepções, as formas de responder ao mundo e o conceito do *self*. Ao mesmo tempo, e *Epistemologia Social* toma os objetos que compõem o conhecimento da escola definindo-os como elementos da prática institucional, dos padrões de poder historicamente formados que fornecem estrutura e coerência aos caprichos da vida diária. Considerando, por exemplo, os conceitos variáveis de reforma, profissionalismo e ciência educacional como componentes de um contexto material que os conceitos tanto descrevem como incorporam. Essas palavras adquirem significado no contexto de um complicado conjunto de relações que se combinam para produzir a escolarização. Uso a frase *Epistemologia Social* para fazer do conhecimento da escolarização uma prática social acessível ao questionamento sociológico; a intenção é enfatizar a inserção social e relacional do conhecimento nas práticas e aspectos do poder (POPKEWITZ, 1997, p.23).

2. Professor no *Department of Curriculum and Instruction, University of Wisconsin-Madison, EUA.*

Este autor parte da “Epistemologia Social” porque tem preocupação política e conceitual. Desde o seu ponto de vista, as “regras” da ciência, inclusive da ciência educacional, estão impregnadas de considerações de ordem social, assim como de distinções conceituais que definem as relações de poder. Tais regras, como qualquer outro conhecimento, estão inseridas em determinado tempo. Nesse contexto, é de grande importância explicitar como, para A. Veiga-Netto (1995), o historicismo implica incorporar a temporalidade à epistemologia. Isso, em outras palavras, significa tanto tirar a história de uma posição lateral ao conhecimento para fundi-los num único “elemento”, quanto trazer o conhecimento para o mundo concreto, social, das relações de forças de interesses. O referido estudioso brasileiro chama a atenção também para as conseqüências da posição da “Epistemologia Social” para ao trabalho da interdisciplinaridade. Outro elemento importante em Popkewitz é sua crítica tanto do positivismo como das “ciências críticas” que, na pesquisa educacional e em outras áreas, consideram o intelectual como a figura destacada na decisão das relações sociais.

Aqui convém ressaltar que considerações desta natureza nos alertam quanto aos riscos de pensar que o intelectual, na área de Educação, incluindo o epistemólogo, é a voz superior na hora de ditar as normas relacionadas, entre outras, com a produção de saberes, sua difusão, apropriação, reconhecimento, avaliação, etc.

Quanto às fontes da “Epistemologia Social” de Popkewitz³, além de outras, podem-se mencionar as idéias de “regimes de verdade” de Michel Foucault, que – e não somente elas – problematizam as normas sobre o que é certo ou não, racional ou irracional, razoável ou não, o papel do intelectual, o progresso como linear; e a de “habitus” de Pierre Bourdieu, que o ajuda a entender como o poder acontece em determinadas relações estruturais, as quais têm seus sistemas simbólicos, ocupam determinado “espaço social” e os participantes estruturais interagem em diferentes formas de poder, seja social, seja cultural, seja econômico. Assim, para Popkewitz, a mudança e o poder acontecem em determinado espaço social.

Com relação à herança intelectual francesa existente na Epistemologia Social desse autor, cabe mencionar também a influência dos *Annales*, com a sua preocupação pelo desenvolvimento institucional, estruturas de conhecimento e descontinuidades entre as relações estruturais. Aqui, com relação à necessidade de ver a descontinuidade e não a linearidade, como tem sido tradicional, nas relações estruturais e em particular naquelas relacionadas com a reforma da Escola, ele se vale de L. Wittgenstein para assinalar que “as relações estruturais são como um fio feito de várias fibras”.

3. Ele em nenhum momento faz menção a M. Egan e J. H. Shera que, como já se colocou no presente trabalho, foram pioneiros na utilização desse termo.

Mas Popkewitz também reconhece a influência de pensadores norte-americanos, a qual, aliás, em determinadas questões se combina com a francesa. Por exemplo, ele reconhece que a sua idéia sobre mudança está influenciada não somente pelos pensadores franceses que já mencionamos – como de outros como Gaston Bachelard e Georges Canguilhem –, senão também pelo pensador norte-americano Thomas Samuel Kuhn, com a sua “Teoria dos Paradigmas”, a quem critica também por estudar as idéias em si, não fazendo referência às práticas sociais das quais emergiram.

Com relação à influência do pensamento norte-americano, deve-se dizer que a crítica de Popkewitz (1997) à existência de normas universais está muito influenciada pelo pragmatismo. O referido autor assinala que concorda com o pragmatismo e em especial com Rorty (1979) na sua rejeição de que se possa falar de forma universal com relação à natureza, origem e limites do conhecimento. Ainda assim, ele critica a maioria da Filosofia norte-americana por ser dualista, já que separa a mente das condições materiais.

Tenho usado a frase epistemologia social referindo-me à linha de análise que orienta este estudo: a relação do conhecimento, instituições e poder. Uso epistemologia como conceito histórico, social e pragmático [...] Com a filosofia pragmática, afirmo que não há base comum onde possamos colocar um verdadeiro consenso ou um modelo neutro permanente, segundo o qual seja possível avaliar um argumento racional. Não há esquemas universais de raciocínio e racionalidade, mas somente epistemologias socialmente construídas que representam e incorporam relações sociais (POPKEWITZ, 1997, p.39).

Nessa perspectiva, para este pensador, a sua humildade, relacionada com o que denomina “pragmatismo crítico”, lhe demanda interpretar e reconstruir constantemente os seus próprios textos e discursos-práticas através da participação no diálogo democrático sem posições pré-fabricadas.

Ao criticar a perspectiva analítica, ele ressalta que o progresso não é resultado de um processo lógico e racional e considera a evolução como natural e alcançável mediante esforços científicos e racionais, tendo a escola e sua massificação importante papel. A Pedagogia, a pesquisa educacional, as estatísticas e a formação de professores são formas de controle por parte do Estado Moderno, que, através de suas normas, faz circular o poder – também de suas idéias –, inclusive o das grandes corporações. Nesse sentido, critica que não sejam consideradas as condições sociais dos professores e das crianças, das representações, do currículo, das palavras, dos projetos de pesquisas, dos manuais, dos relatórios. Eles acontecem em determinado tempo e espaço e o poder circula através deles.

Como já apontamos, o termo “Epistemologia Social” tem recebido diversos papéis e leituras. Se M. Egan e S. H. Shera usam esse termo para destacar a relação entre Ciência e Sociedade, em S. Fuller e Th. Popkewitz ele é utilizado para procurar e ressaltar como as relações sociais formam parte das comunidades científicas.

Desde a perspectiva de Fuller, a Epistemologia tem que ter como um de seus princípios o caráter social do conhecimento e rejeitar a distinção entre o contexto da descoberta e o contexto da justificação. Sua “Epistemologia Social” está ancorada na defesa de uma grande interpenetração entre ciência e sociedade, daí que defende a maior participação da sociedade na agenda da ciência; portanto, esta não seria só consumidora.

Por outra parte, a “Epistemologia Social” de Popkewitz tem como foco a Educação e, em particular, a Reforma Educacional norte-americana. Ele considera que a Pedagogia, o currículo, os projetos de pesquisa e os manuais e relatórios estão impregnados das relações sociais; portanto, acontecem em determinadas “estruturas” que têm caráter histórico e dinâmico. Assim, ele critica a reificação na pesquisa sobre o pensamento dos professores, por passar a idéia de que estes, como as próprias reformas, não estão em determinado “espaço social”. Outra idéia importante abordada por esse autor é a sua humildade vinculada ao que chama de pragmatismo crítico, concordando assim com a crítica do feminismo à arrogância dos intelectuais.

Em nossa opinião, os padrões epistemológicos da Educação em muito estão relacionados com a legitimação ou não de determinados discursos e práticas e não só refletem o poder, como também o produzem. É importante revelar como as relações sociais intervêm profundamente no *status* dos conhecimentos e tecnologias que intervêm na pesquisa educacional; na orientação e na avaliação das pesquisas; na elaboração e na aplicação de currículos; no tratamento dos dados estatísticos, etc.

A Epistemologia Social de Alvin Goldman tem entre suas principais preocupações valorizar mais a importância das ciências sociais para os estudos epistemológicos, inclusive da Educação. Ele defende, também, a Epistemologia dos ataques de representantes das denominadas “ciências cognitivas”. Nas últimas décadas, partindo dos avanços das “ciências cognitivas” nos estudos da cognição, alguns “cientistas cognitivos” têm postulado a inutilidade da Epistemologia.

P. C. C. Abrantes (1994, p.173), estudioso brasileiro da Epistemologia Naturalista, realiza um mapeamento dessa tendência na Epistemologia e na Filosofia da Ciência e coloca Goldman entre os “moderados” que defendem o projeto normativo da Epistemologia tradicional. Assim, podemos afirmar que Goldman é um dos defensores da “Epistemologia Naturalista”. Para ele, existem diversas posições no interior dessa perspectiva epistemológica, mas o “naturalismo epistêmico”, como concepção metodológica, tem sido predominante e para ele:

[...] a Epistemologia é (ou deveria ser), no todo ou em parte, uma disciplina científica ou empírica, ao invés de apriorística. O naturalismo epistêmico metodológico sustenta que o estudo da epistemologia coincide com partes de certas ciências empíricas, tais como a psicologia cognitiva, a biologia evolucionista, ou a história e a sociologia da ciência; ou, pelo menos, ela deve explorar as descobertas de tais ciências empíricas, ao invés de conduzir suas investigações num isolamento purificado dessas ciências (GOLDMAN, 1998, p.111).

À guisa de conclusão

Ainda que nosso trabalho se tenha debruçado só em algumas posições relacionadas com Epistemologia Social, convém ressaltar que existem outras diversas posições sobre a participação do social no conhecimento, com suas diferenças, como as de Goldman (1994; 1999), Kitcher (1994), Bloor (1976), Harding (1992) e F. F. Schmitt (1994).

Da mesma forma, devemos destacar que na pesquisa educacional existe luta entre diversas visões sobre como atua o social nos critérios de cientificidade, nas estratégias de pesquisa, na avaliação do planejamento, no andamento e término da pesquisa, na discussão sobre a existência ou não de verdade, na relação entre teoria e prática, na relação entre teoria e experiência, na definição do conceito de racionalidade, etc.

Referências bibliográficas

- ABRANTES, P. C. C. Naturalizando a Epistemologia. In: ABRANTES, P. C. C. *Epistemologia e cognição*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 172-218.
- BLOOR, D. The Strong Programme in the Sociology of Knowledge. In: BLOOR, D. *Knowledge and Social Imagery*. London: Routledge & Kegan Paul, 1994, p.1-19.
- EGAN, M. *The library and social structure*. Clive Bingley, 1978. p. 2.738. (Originally published: *Library Quarterly* 25(1), Jan. 1955.)
- EGAN, M. *The library and social structure*.: *Library Quarterly*, 1978.
- FLECK, L. *La genésis y el desarrollo de un hecho científico*: introducción a la teoría del estilo de pensamiento. Madrid: Alianza, 1986.
- FULLER, S. *Social Epistemology*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991.
- FULLER, S. *Science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

- GOLDMAN, A. Argumentation and Social Epistemology. *Journal of Philosophy* 91, 1994, p. 27-49.
- GOLDMAN, A. Epistemologia Naturalista e Confiabilismo. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, Série 3, v.8, n.2, jul.-dez.1998, p.109-145.
- GOLDMAN, A. *Knowledge in a Social World*. New York: Oxford University Press, 1999.
- HARDING, S. After the Neutrality Ideal: Science, Politics, and Strong Objectivity. *Social Research* 59(3), 1992, p.567-587.
- KITCHER, P. Contrasting Conceptions of Social Epistemology. *Socializing Epistemology*, ed. Frederick Schmitt. Lanham, MD: 1994: 111-34.
- KUHN, T.S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectivas, 1975.
- MUCHIE, M. The Practice of a Theorist. *European Association for the Study of Science and Technology (EASST REVIEW)*. v.16(4), December 1997. (Review of Steve Fuller, *Philosophy, Rhetoric & The End of Knowledge: The Coming of Science and Technology Studies*, Wisconsin University Press, 1993.)
- MUELLER, S. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*, Belo Horizonte, 13(1): 7-54, mar. 1984.
- POPKEWITZ, Th. *Reforma Educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- RORTY, R. *Philosophy and the mirror of nature*. NJ: Princenton University Press, 1979.
- SCHMITT, F. *Socializing Epistemology*. Lanham, Dd: Rowman and Littlefield, 1994.
- SHERA, J. H. Toward a Theory of Librarianship and Information Science. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 2(2), 1973, p. 87-97.
- SHERA, J. H. Epistemologia Social, Semântica Geral e Biblioteconomia. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 6(1): 1977, p.9-12. (Tradução do Maria Esther de Araújo Coutinho do artigo “Social Epistemology, General Semantics, and Librarianship.” *Wilson Library Bulletin* 35 (10) June 1961).
- VEIGA-NETTO, A. *Epistemologia Social e disciplinas*. ANPEd: Caxambu/MG: 1995.

Recebido em 10 de abril de 2006 e aprovado em 23 de junho de 2006.